

# Comissão de Cessar-Fogo aprecia notificações contra a Renamo A.I.3

● CSC discute hoje novo calendário do processo de paz

A Comissão de Cessar-Fogo (CCF) reuniu-se na tarde de ontem, nas instalações do Clube Militar, em Maputo, para apreciar os resultados da última reunião tripartida relativos a seis notificações de violação do Acordo Geral de Paz apresentadas pelo Governo. Entretanto, hoje, no mesmo local, a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) vai discutir a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Moçambique que, na última segunda-feira, aprovou o novo calendário para implementação do processo de paz no país.

Falando sobre a reunião de ontem, uma fonte da missão das Nações Unidas para a supervisão do processo de paz moçambicano (ONUMOZ) disse que as delegações do Governo e da Renamo concordaram com os resultados da última reunião tripartida. Tais resultados, segundo explicou, indicam a necessidade da realização de investigações a três notificações e inspeção a uma, enquanto que as restantes duas foram deixadas pendentes.

Das seis notificações de violação apresentadas pelo Governo, três registaram-se na província de Tete, uma em Manica, igual número em Sofala e outra em Cabo Delgado. Segundo

explicou o chefe da delegação governamental na Comissão de Cessar-Fogo (CCF), o Brigadeiro João Aleixo Malunga, tais violações estão relacionadas com a movimentação das tropas que, nos termos do Acordo Geral de Paz, constitui uma violação.

Apesar destas movimentações, de acordo com aquele oficial superior do exército governamental moçambicano, ainda não se registou nenhuma confrontação armada entre as duas partes. Na ocasião, ele anunciou para hoje a deslocação de uma equipa constituída por elementos da ONUMOZ, Governo e Renamo à província de Tete para investigar as alegadas violações.

delegação do Governo na Comissão de Cessar-Fogo, o Brigadeiro João Aleixo Malunga, disse ontem ao nosso jornal que «nós estamos prontos a apresentar a qualquer momento o plano de desmobilização dessas forças, mas é necessário que a outra parte (Renamo) também o faça».

Anteriormente, o movimento de Afonso Dhlakama indicara que o início do acantonamento e desmobilização das suas forças dependia do sucesso do mecanismo de integração das zonas que controla na administração estatal mediante a nomeação de assessores seus nos governos provinciais, conforme o acordado no recente encontro de trabalho entre o Presidente da República, Joaquim Chissano e o líder da Renamo, na capital do país.

A propósito, a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada na última segunda-feira, afirma serem inaceitáveis as tentativas de pôr condições ao processo de paz, em particular, ao acantonamento e desmobilização das tropas.

## CSC APRECIA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Entretanto, a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) vai reunir-se na tarde de hoje nas instalações do Clube Militar, em Maputo, para apreciar a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Moçambique, que estabelece o novo calendário para a implementação do Acordo Geral de Paz.

O referido calendário, a ser apresentado ao Governo, à Renamo e aos países observadores pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, prevê o início do acantonamento das tropas dos dois lados ainda no decurso deste mês.

Na sua resolução, o Conselho de Segurança das Nações Unidas destaca a necessidade urgente do início do processo de acantonamento e desmobilização das tropas e a continuação da sua missão até 31 de Outubro de 1994, de acordo com o calendário revisto sem pré-condições.

O calendário inicial do processo de paz moçambicano estabelecido a 4 de Outubro do ano passado quando da assinatura dos entendimentos de Roma encontra-se completamente ultrapassado.

O Governo já manifestou, por diversas vezes, a sua disposição de iniciar de imediato o acantonamento das suas tropas, mas a Renamo tem feito depender tal facto de uma série de requisitos, entre os quais a desmobilização dos chamados exércitos privados que, na óptica da organização de Afonso Dhlakama, sempre lutaram contra o seu movimento durante a guerra.

Abordado sobre este facto, o chefe da